



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO

EDITAL Nº 01/2024

PROVA OBJETIVA – (MANHÃ)

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

MÓDULO I – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Assinale a opção que exemplifica um *texto injuntivo*.

- (A) Viemos a este mundo como irmãos. Caminhemos, pois, de mãos dadas e não um de frente para o outro.
- (B) Somos todos frágeis fios. Mas que tapeçaria formamos.
- (C) Como você não é igual a nenhum outro ser humano desde que o mundo foi criado, você é incomparável.
- (D) Se eu soubesse que a chuva só molhava, teria ficado mais tempo exposto a ela.
- (E) Aprecio as quatro estações, mas prefiro o verão no inverno e o inverno no verão.

2

Observe a frase a seguir:

Livros são os mais silenciosos e constantes amigos. Os conselheiros mais acessíveis e sábios. E os mais pacientes professores.

Sobre os componentes verbais dessa frase, assinale a observação **incorreta**.

- (A) “silenciosos” e “constantes” são adjetivos que mostram qualidades do substantivo “amigos”.
- (B) A palavra “amigos” está empregada em sentido figurado, personalizando o substantivo “livros”.
- (C) A palavra “mais” funciona como elemento intensificador dos adjetivos que acompanha.
- (D) Os três períodos do texto mostram-se em construção paralelística.
- (E) Todas as adjetivações e figuras empregadas em relação a “livros” mostram valores positivos.

3

Assinale a opção em que a expressão sublinhada está empregada de modo **incorreto**.

- (A) - *Hein?! Repete, cutruca ordinária!* berrou a mulata, dando um passo de frente.
- (B) Prédio para meter o do outro no chinelo; quatro janelas de frente, oito de lado, com um terraço ao fundo.
- (C) Defronte justamente ficava a casa do Bruno e da mulher, toda mobiliada de novo, com um grande candeeiro de querosene em frente à entrada...
- (D) Durante o dia paravam em frente do armazém carroças e carroças com fardos e caixas trazidos da alfândega, em que se liam as iniciais de João Romão.
- (E) O sujeito fez sinal aos dois urbanos, que o acompanharam logo, e encaminharam-se todos para o interior da casa. Botelho, à frente deles, ensinava-lhes o caminho.

4

A frase em que a expressão “é que” tem valor enfático é:

- (A) O ruim é que os preços estão aumentando.
- (B) É a fantasia que perde as batalhas.
- (C) O problema é que nosso país fica malvisto.
- (D) O computador é que ajuda na busca da solução.
- (E) A solução é que todos deviam obedecer à chefia.

5

Assinale a frase que se apoia em uma intimidação.

- (A) É preciso se ter um jardim, onde quer que você esteja.
- (B) Suprimam as abelhas, as maiores polinizadoras, e a humanidade desaparecerá.
- (C) Comece a cuidar da natureza e a natureza cuidará de você, mas maneiras mais insuspeitas.
- (D) Temos de preservar a natureza, os animais e inclusive os parentes antipáticos.
- (E) O homem é o lobo do homem.

6

Leia a frase a seguir, que mostra um conjunto de palavras com funções diferentes.

O romance é hoje o único observatório de onde se pode abarcar a vida humana como um todo.

Assinale a observação adequada sobre uma dessas palavras.

- (A) A palavra hoje está mal-empregada porque ela sempre vai designar a atualidade, independentemente do momento em que for lida.
- (B) A preposição de indica, na frase, um ponto de origem, referindo-se a “observatório”.
- (C) O pronome se foi empregado para indeterminar o sujeito da frase, equivalente a “alguém”.
- (D) O termo observatório está empregado em sentido lógico, significando o lugar de onde se observa algo.
- (E) A preposição como tem valor comparativo na frase.

7

Observe o texto argumentativo a seguir:

Nenhum ser humano é 100% mau e nenhum ser humano é 100% bom.

Sobre a estruturação do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A frase traz uma tese e argumentos que a defendem.
- (B) Os argumentos apresentados se apoiam em estatísticas.
- (C) A tese é fruto de opinião pessoal do emissor do texto.
- (D) Os segmentos do texto se opõem semanticamente.
- (E) A tese é defendida pela autoridade de quem a expressa.

8

Assinale a frase em que o termo sublinhado estabelece coesão com um termo futuro e não com um termo anterior.

- (A) Os homens são tão bons quanto o seu desenvolvimento tecnológico lhes permite ser.
- (B) Você precisará ter a coragem de viver a vida, se você encontrar um meio de vida de que goste.
- (C) É melhor deixar um elefante ir embora, quando você o tem preso pela perna e ele estiver tentando fugir.
- (D) O gênero humano ama a quem o ama.
- (E) Nunca encontrei um só homem com o qual não pudesse aprender algo.

9

Você sabia que o Sol está se aproximando da Terra? Não viu como fez calor nos últimos dias?

Sobre a significação e a estruturação dessa frase, emitida em um programa de televisão, assinale a afirmativa correta.

- (A) O emissor da frase faz uma correta relação lógica entre causa e efeito.
- (B) A frase é do tipo argumentativo e só apresenta a tese sem argumentos.
- (C) Apesar de ter estrutura interrogativa, a primeira interrogação tem valor afirmativo.
- (D) A segunda pergunta é uma redundância da pergunta anterior.
- (E) As duas orações que compõem a frase mostram uma contradição entre elas.

10

Assinale a frase a seguir em que **não** ocorre oposição de termos.

- (A) Um ditado popular é uma sentença curta baseada em longa experiência.
- (B) Inspire experiência, expire poesia.
- (C) Os profetas do Aleijadinho não são barrocos, são bíblicos.
- (D) A arte é a trilha que leva de volta, da fantasia à realidade.
- (E) A boa história entra no auge quando a linha entre a realidade e a ficção fica ambígua.

Raciocínio Lógico-Matemático

11

A, B, C e D são pontos distintos do plano. Há um único caminho ligando **A** e **B**, um único caminho ligando **A** e **D**, um único caminho ligando **B** e **C** e um único caminho ligando **B** e **D**. Não há caminho ligando **A** e **C** e nem caminho ligando **C** e **D**.

É possível passar pelos 4 pontos e pelos 4 caminhos, sem repetir qualquer dos caminhos, começando e terminando, respectivamente, em

- (A) A e C.
- (B) A e D.
- (C) B e C.
- (D) B e D.
- (E) C e D.

12

Em uma quitanda, cereais e leguminosas são vendidos a granel:

- 1kg de arroz mais 1kg de feijão custam, juntos, R\$13,90;
- 1kg de feijão mais 1kg de ervilha custam, juntos, R\$12,60;
- 1kg de ervilha mais 1kg de arroz custam, juntos, R\$10,30.

Nesse caso, é correto afirmar que, nessa quitanda,

- (A) o preço por quilograma de feijão é R\$3,50 mais caro do que o preço por quilograma de ervilha.
- (B) o preço por quilograma de feijão é R\$2,30 mais caro do que o preço por quilograma de arroz.
- (C) o preço por quilograma de arroz é R\$1,20 mais caro do que o preço por quilograma de ervilha.
- (D) o preço por quilograma de arroz é R\$1,20 mais caro do que o preço por quilograma de feijão.
- (E) o preço por quilograma de ervilha é R\$0,80 mais caro do que o preço por quilograma de feijão.

13

Alípio, Bento, Clóvis, Dino e Elmo têm, juntos 7 filhos.

Bento e Dino têm a mesma quantidade de filhos. Clóvis tem mais filhos do que todos os outros. Apenas um deles não tem filho.

Sob essas condições,

- (A) é certo que Alípio tem pelo menos um filho.
- (B) é possível que Bento tenha exatamente 2 filhos.
- (C) é possível que Clóvis tenha exatamente 2 filhos.
- (D) é certo que Dino tem exatamente 1 filho.
- (E) é certo que Elmo não tem filho algum.

14

Considere todas as matrizes **4 X 4** tais que:

- todos os elementos são números inteiros e positivos;
- qualquer que seja a linha, a soma dos elementos é 5;
- qualquer que seja a coluna, a soma dos elementos é 5;
- o elemento da 1ª linha e 1ª coluna vale 2.

A quantidade total de matrizes que satisfazem a todas essas condições é

- (A) 8.
- (B) 6.
- (C) 4.
- (D) 3.
- (E) 2.

15

Dispõe-se de 18 peças quadradas idênticas, feitas em metal, todas com área igual a 1 cm².

Arranjando-se convenientemente essas peças, pode-se construir

- (A) 1 quadrado de lado 4 cm e não sobram peças.
- (B) 1 quadrado de lado 3 cm, 2 quadrados de lado 2 cm e não sobram peças.
- (C) 2 quadrados de lado 3 cm, 1 quadrado de lado 2 cm e não sobram peças.
- (D) 3 quadrados de lado 2 cm e ainda sobram 3 peças.
- (E) 4 quadrados de lado 2 cm e ainda sobram 2 peças.

16

Quando cheguei ao ponto de ônibus, a minha condução havia passado há 3 minutos e 20 segundos. Se eu tivesse chegado 90 segundos depois, teria esperado por 640 segundos até que o próximo passasse.

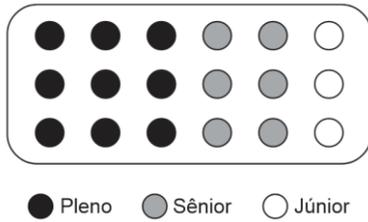
Indique o tempo exato, depois da passagem do primeiro ônibus, em que eu deveria ter chegado ao ponto, para que a minha espera pelo próximo fosse de apenas 2 minutos e 20 segundos.

- (A) 12 minutos e 30 segundos.
- (B) 12 minutos e 40 segundos.
- (C) 12 minutos e 50 segundos.
- (D) 13 minutos.
- (E) 13 minutos e 10 segundos.

17

Cada um dos 360 colaboradores de uma empresa é classificado como sênior, pleno ou júnior.

O quadro abaixo ilustra, de forma proporcional, as quantidades de cada uma das classificações.



Nesse caso, é correto concluir que

- (A) há menos de 40 colaboradores juniores.
- (B) há mais de 80 colaboradores juniores.
- (C) há menos de 200 colaboradores plenos.
- (D) há mais de 220 colaboradores plenos.
- (E) há menos 100 colaboradores sêniores.

18

Um número N aumentado de 20% dá 18 - o mesmo valor que um número P reduzido de 10%.

Para passar a valer N , o número P deve ser reduzido em

- (A) 30%.
- (B) 25%.
- (C) 20%.
- (D) 18%.
- (E) 15%.

19

Considere o conjunto $A = \{-2, -1, 0, 1, 2\}$.

Assinale a opção que indica quantos são os subconjuntos não vazios de A tais que a soma de seus elementos é zero.

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

20

Considere uma sequência infinita de números inteiros em que, a partir do 3º termo, cada termo corresponde à soma dos algarismos do número que corresponde à soma dos dois termos que o antecedem.

Se o primeiro e o segundo termos valem, respectivamente, 15 e 32, é correto concluir que o 9º termo vale

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 7.
- (D) 9.
- (E) 11.

Auditoria Controle e Avaliação

21

A Auditoria Interna do Município X iniciou uma auditoria operacional com a finalidade de avaliar a economicidade, a eficácia e a efetividade de um programa municipal executado com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos alunos da rede municipal de educação.

Assinale a opção que indica a modalidade de auditoria realizada pela Auditoria Interna.

- (A) De Levantamento.
- (B) De Conformidade.
- (C) Operacional.
- (D) Financeira.
- (E) De Monitoramento.

22

As políticas públicas podem ser avaliadas à luz de quatro dimensões: economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Ao avaliar uma política pública, a administração do Município X estabeleceu procedimentos para verificar o grau de alcance:

- das metas programadas; e
- dos objetivos finalísticos da intervenção.

As dimensões de avaliação de políticas públicas que os procedimentos adotados pelo Município X visaram analisar são, respectivamente,

- (A) economicidade e eficiência.
- (B) eficácia e eficiência.
- (C) eficiência e eficácia.
- (D) efetividade e eficiência.
- (E) eficácia e efetividade.

23

Para o Senado, portanto, a atividade de monitorar os resultados e os processos das políticas públicas deve ser realizado sob dois pontos de vista:

(i) trazer ao conhecimento público e proporcionar o debate sobre a atuação governamental em benefício da sociedade e (ii) propor ajustes e aprimoramentos nas políticas públicas, quando necessários e oportunos.

Para o cumprimento dessa função, as equipes de assessoramento envolvidas na avaliação de políticas públicas no Senado poderão trabalhar em dois níveis.

(...)

No segundo nível, complementar ao primeiro, as equipes de assessoramento analisam e consolidam informações constantes de estudos e avaliações previamente realizados por outras instituições, tais como relatórios produzidos por universidades, centros de pesquisa e instituições privadas, pelos próprios órgãos responsáveis pela execução da política avaliada, por organizações internacionais e, especialmente, os relatórios de auditorias anteriormente realizadas pelo TCU.

(BRASIL, Senado Federal. *Referencial de Avaliação de Políticas Públicas do Senado Federal*. Brasília, 2015, p.3-6)

A abordagem do segundo nível assume contornos muito próximos aos atribuídos pela técnica da meta-avaliação, a qual, resumidamente, é uma avaliação da avaliação. As meta-avaliações possuem três características principais.

Sobre as características da meta-avaliação, analise as afirmativas a seguir.

- I. São sínteses de achados sobre avaliação de programas e inferências sobre o desempenho do programa, a partir dos resultados encontrados.
- II. Informam sobre a validade e a utilidade dos métodos de avaliação e oferecem direção sobre sua utilidade de avaliar.
- III. Fornecem forte evidência do impacto do programa, subsidiando a tomada de decisão.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

24

Considere que a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado Alfa tenha atribuído aos seus membros a prerrogativa de serem reeleitos, mais de uma vez, para mandatos consecutivos no mesmo cargo de direção da respectiva Corte de Contas.

Nessa situação, o referido dispositivo da Lei Orgânica é considerado

- (A) legal, tendo em vista a auto-organização atribuída constitucionalmente aos Tribunais de Contas.
- (B) inconstitucional, por violação aos princípios republicano e democrático que orientam as normas de reeleição do Governador do Estado.
- (C) constitucional, se a mesma regra estiver estabelecida para os desembargadores-dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado Alfa.
- (D) constitucional, se essa prerrogativa tiver sido inserida na Lei Orgânica do Tribunal de Contas por projeto de Lei de sua iniciativa.
- (E) constitucional, pois os dirigentes dos Tribunais de Contas não são eleitos pelo voto popular, pelo que não se submetem às normas que regem os mandatos consecutivo do Governador do Estado.

25

Há uma variedade de abordagens para descrever o ciclo de políticas públicas.

No Referencial para Avaliação de Governanças em Políticas Públicas elaborado pelo Tribunal de Contas da União, adota-se o modelo construído sob a lógica de resolução de problemas para descrever esse ciclo. Esse modelo, proposto por Howllet e outros autores, é constituído por cinco estágios.

Nesse sentido, a etapa do ciclo de políticas públicas em que ocorre o reconhecimento do problema é a de

- (A) formação da agenda.
- (B) tomada de decisão política.
- (C) implementação da política.
- (D) avaliação da política.
- (E) formulação da política.

26

Destacando o posicionamento da doutrina majoritária, o controle da Administração Pública pode ser classificado, quanto ao órgão controlador, como legislativo ou político, jurisdicional e administrativo e, quanto ao momento de sua realização, como prévio, concomitante ou posterior.

Nesse sentido, considere que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados tenha arquivado um projeto de lei sob o argumento de sua inconsistência material com a Constituição da República.

Nesse caso, operou-se o controle classificado como

- (A) Preventivo e Jurisdicional.
- (B) Legislativo e repressivo.
- (C) Prévio e Político.
- (D) Posterior e Executivo.
- (E) Prévio e Interno.

27

A Constituição Federal, em seu Art. 70, confere a titularidade do controle externo da Administração Pública ao Congresso Nacional. Essa prerrogativa não é exclusiva do Parlamento, mas compartilhada especialmente com os Tribunais de Contas, nos termos definidos no texto Constitucional.

Considerando as atribuições do Poder Legislativo para o exercício do controle externo da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. É constitucional a norma municipal ou estadual que confere a um parlamentar, individualmente, o poder de requisitar informações ao Poder Executivo.
- II. O Governador do Estado poderá ser obrigado a depor em CPI instaurada pelo Senado Federal com a finalidade de apurar irregularidades nos contratos de gestão firmados entre o Governo Estadual e Organizações Sociais, tendo por objeto a execução de serviços e programas de saúde pública financiados com recursos federais.
- III. O parlamentar, mesmo sem a aprovação da mesa diretora, pode, na condição de cidadão, ter acesso a informações de interesse coletivo contidas nos bancos de dados dos órgãos públicos.

Está correto o que se afirmar em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

28

Em processo de auditoria promovido pelo Tribunal de Contas do Estado X, em um órgão da administração direta do Município Y, foram encontradas e evidenciadas as seguintes irregularidades:

- I. Edição de ato de dispensa de licitação sem fundamento na legislação pertinente.
- II. Graves irregularidades na execução do contrato firmado entre a empresa *K. Lote Ltda* e o Município Y, que podem resultar em irreversíveis danos ao erário.

Considerando os fatos narrados e as funções constitucionais do Tribunal de Contas (TC), assinale a afirmativa correta.

- (A) O TC poderá determinar a sustação imediata da execução do contrato.
- (B) A sustação direta e imediata do contrato por decisão do TC ocorrerá somente após a fixação de prazo para que o município Y corrija as irregularidades identificadas.
- (C) O TC deverá dar conhecimento de ambas as irregularidades à Câmara Municipal do Município Y para que o Legislativo local adote as medidas cabíveis. Caso não sejam adotadas medidas saneadoras, o TC poderá decidir sobre a sustação do ato e do contrato nos noventa dias subsequentes.
- (D) A Constituição Federal não autoriza o TC a adotar medidas preventivas (cautelares), em benefício do princípio da separação dos poderes.
- (E) O TC poderá sustar direta e imediatamente os efeitos jurídicos do ato de dispensa ilegal de licitação, tendo em vista o poder de cautela que lhe é reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

29

José, gestor da Secretaria de Educação do Município X, tomou ciência de irregularidades praticadas por Marcos, que exercia o cargo de subsecretário de patrimônio naquela Secretaria. Das citadas irregularidades resultaram danos ao erário superiores a R\$300 mil.

José não instaurou quaisquer procedimentos para apurar os fatos e buscar o ressarcimento do dano. Os fatos foram apurados no âmbito de uma auditoria de conformidade realizada pelo Tribunal de Contas do respectivo Estado.

Considerando as disposições constitucionais atinentes à responsabilização do responsável pelo controle interno, José responderá

- (A) subsidiariamente pelos danos causados por Marcos.
- (B) individualmente e objetivamente pelos danos causados por Marcos.
- (C) solidariamente com Marcos pelos danos causados ao erário.
- (D) em concurso de pessoas, somente se Marcos não possuir bens suficientes para ressarcir ao erário.
- (E) não responderá, pois não é o responsável pelo órgão central de controle interno do Município X.

30

O Prefeito do Município X encaminhou a prestação de contas de gestão por final de exercício financeiro ao respectivo Tribunal de Contas.

Ao apreciar a documentação, o Tribunal de Contas verificou indícios de dano ao erário, pelo que procedeu a Tomada de Contas do Prefeito. Após o regular andamento do feito e garantidos ao prefeito o exercício do contraditório e da ampla defesa, o Tribunal decidiu por aplicação de multa e imputação débito ao gestor.

Analisando a situação narrada à luz das disposições constitucionais e jurisprudenciais atinentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente a Câmara Municipal poderá proceder à tomada de contas do Prefeito, bem como aplicar as sanções decorrentes de eventual irregularidade das contas, podendo, inclusive, determinar a declaração de indisponibilidade dos bens do prefeito para fins de ressarcimento ao erário.
- (B) O julgamento das contas do prefeito é de competência exclusiva da Câmara Municipal, pelo que a decisão do Tribunal de Contas é nula de pleno direito.
- (C) O Tribunal de Contas somente poderia emitir parecer prévio no âmbito da tomada de contas especial, que somente poderia deixar de prevalecer por decisão da maioria absoluta da Câmara dos Vereadores.
- (D) Os Tribunais de Contas, ao apreciarem as contas anuais do respectivo chefe do Poder Executivo, podem proceder à tomada de contas especial (TCE) e, por conseguinte, condenar-lhe ao pagamento de multa ou do débito, independentemente de posterior aprovação pelo Poder Legislativo local.
- (E) A Câmara Municipal poderá sustar os atos administrativos editados pelo Tribunal de Contas que imputaram débito ao Prefeito do Município X, tendo em vista ser o Poder Legislativo o titular da atividade de controle externo local.

Legislação Municipal

31

Considere que em certo povoado situado em Macaé/RJ haja uma mobilização local para a instalação de um Distrito.

Nos termos da Lei Orgânica do Município, um requisito essencial para a consecução de tal intento é

- (A) a existência, na povoação-sede, de pelo menos 50 moradias.
- (B) população correspondente a, no mínimo, 1% (um por cento) do número de habitantes do Município.
- (C) a instalação de posto policial.
- (D) a existência de escola pública e terreno para cemitério.
- (E) eleitorado de, no mínimo, 3% (três por cento) do número de habitantes do Município.

32

Catarina, servidora pública municipal, titular de cargo efetivo, sofreu uma queda e lesionou a coluna, ficando afastada do serviço por 90 (noventa) dias, passando a se locomover por meio de cadeira de rodas.

Ao ser avaliada pela Junta Médica do Município, constatou-se que a capacidade laborativa da servidora estava prejudicada, por prazo indeterminado, em decorrências das lesões que sofrera. Restou apurado, também, que tal condição não a impede de desempenhar outras funções, desde que compatíveis com seu atual estado de saúde.

Considerando o que prevê a Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Macaé/RJ, sobre as formas de provimento de cargo público, no caso narrado deverá ser aplicado o instituto da

- (A) readaptação.
- (B) reversão.
- (C) aproveitamento.
- (D) reintegração.
- (E) recondução.

33

O Poder Legislativo Municipal pretende submeter a plebiscito popular questão relevante para o Município.

Sobre a hipótese, levando em consideração o que prevê a Lei Orgânica de Macaé, assinale a afirmativa correta.

- (A) A questão será submetida a plebiscito mediante proposição devidamente fundamentada de 1/3 (um terço) dos Vereadores e 1% (um por cento) dos eleitores do Município.
- (B) A votação será organizada pela Justiça Eleitoral no Município, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a aprovação da proposta.
- (C) A realização de plebiscito popular é vedada nos 4 (quatro) meses que antecedem a realização de eleições municipais, estaduais e nacionais.
- (D) A Câmara de Vereadores proclamará o resultado final do plebiscito que será considerado como decisão definitiva sobre a questão proposta.
- (E) A proposição que já tenha sido objeto de plebiscito popular somente poderá ser reapresentada com intervalo de 4 (quatro) anos.

34

Quanto às penalidades administrativas previstas na Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A pena de advertência verbal poderá ser aplicada ao servidor que recusar fé a documento público.
- (B) A pena de suspensão será imposta se comprovado o cometimento do abandono do cargo.
- (C) O curso da prescrição começa a fluir da data em que a Administração tomou conhecimento da ocorrência do fato punível disciplinarmente.
- (D) Os Chefes de Divisão e de Seção são competentes para a aplicação das penas disciplinares nos casos de advertência e suspensão.
- (E) As infrações sujeitas às penas de demissão prescrevem em 4 anos.

35

Com base na Lei Orgânica de Macaé/RJ, uma competência privativa do ente municipal é

- (A) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (B) estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.
- (C) preservar as florestas, a fauna e a flora.
- (D) fiscalizar, nos locais de acondicionamento, preparação e venda, as condições sanitárias dos gêneros alimentícios.
- (E) promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

36

Nos termos da Lei nº 4.106/2015, que dispõe sobre a Instituição do Plano Municipal de Educação em Macaé/RJ, as opções a seguir apresentam metas a serem implementadas pelo poder público no decênio 2015/2025, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PME.
- (B) Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.
- (C) Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.
- (D) Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, exclusivamente no Ensino Médio, na forma integrada à educação profissional.
- (E) Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

37

Alfredo, servidor público municipal estável, protocolou um requerimento junto à repartição pública em que está lotado, pleiteando licença para tratar de interesses particulares.

Nos termos da Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida a critério da Administração, pelo prazo máximo de até 36 (trinta e seis) meses, consecutivos ou não.
- (B) A licença para tratar de interesses particulares só poderá ser interrompida a pedido do servidor.
- (C) O servidor, enquanto estiver sob exame o pedido, que não gera direito, deverá permanecer em serviço, só podendo afastar-se após o deferimento de sua pretensão.
- (D) Durante o vínculo funcional do servidor para com a municipalidade, a ele poderá ser concedido um novo período de licença para tratar de interesses particulares, ainda que ultrapassado o prazo de 36 (trinta e seis) meses.
- (E) O servidor público, enquanto estiver no gozo da licença para tratar de interesses particulares, continuará percebendo a remuneração devida.

38

Considerando o que prevê a Lei nº 4.106/2015, que dispõe sobre a Instituição do Plano Municipal de Educação – PME, em Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do Plano Municipal de Educação (PME) e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.
- (B) O Município de Macaé promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo Gabinete do Prefeito Municipal.
- (C) As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de promover a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.
- (D) O Sistema Municipal de Educação acatará as diretrizes do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica, coordenado pelo Estado do Rio de Janeiro, que constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.
- (E) Até o final do último semestre do nono ano de vigência do Plano Municipal de Educação (PME), o Chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal o projeto de lei referente ao Plano de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

39

Carlos, 35 anos, administrador, foi nomeado Secretário Municipal de Controle Interno.

Considerando o que a Lei Orgânica Municipal de Macaé/RJ prevê sobre os requisitos para investidura nesse cargo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O cargo deve ser provido mediante concurso público.
- (B) O ocupante desse cargo poderá ser brasileiro ou estrangeiro.
- (C) O cargo é acessível aos maiores de 25 (vinte e cinco) anos de idade.
- (D) O ocupante do cargo deverá apresentar a declaração de bens ao entrar em exercício.
- (E) O ocupante do cargo não poderá exercer suas atividades profissionais de natureza autônoma ou empresarial.

40

O Plano Municipal de Educação de Macaé, instituído pela Lei nº 4.106/2015, prevê metas, estratégias e diretrizes que devem ser observadas pelo poder público local com vistas a assegurar a continuidade das políticas públicas em Educação.

Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- II. O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 a 21 anos com deficiência.
- III. Sob o encargo da Secretaria Municipal de Educação, a execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações e correções periódicas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III.

MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

Acerca dos crimes funcionais contra a ordem tributária previstos na Lei nº 8.137/1990, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constitui crime, apenado com reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos e multa, extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função.
- II. Constitui crime, apenado com reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos e multa, aceitar promessa de vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social.
- III. Constitui crime, apenado com detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

42

João adquiriu de Maria, onerosamente, o direito de superfície sobre determinado imóvel de propriedade de Maria. Para realizar o pagamento, João contraiu empréstimo bancário, oferecendo imóvel de sua propriedade em hipoteca à instituição bancária credora.

Diante desse cenário, em relação ao Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI), assinale a afirmativa correta.

- (A) Poderia incidir, tanto na aquisição do direito de superfície como na constituição da hipoteca.
- (B) Poderia incidir apenas na constituição da hipoteca.
- (C) Poderia incidir apenas na aquisição do direito de superfície.
- (D) Poderia incidir apenas na constituição da hipoteca, já que sobre a aquisição do direito de superfície deve incidir o Imposto sobre Transmissões *Causa Mortis* e Doações (ITCMD).
- (E) Não poderia incidir nem na aquisição do direito de superfície nem na constituição da hipoteca.

43

O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é um importante meio de arrecadação tributária para os Municípios, cuja possibilidade de instituição e alguns aspectos de seu regime são diretamente previstos na Constituição Federal de 1988.

À luz do texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) O IPTU pode ter sua base de cálculo atualizada por decreto do Prefeito, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
- (B) Não incide o IPTU sobre o imóvel onde funciona o edifício-sede de um sindicato patronal, por se tratar de entidade imune.
- (C) A progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel e a progressividade para cumprimento da função social da propriedade foram previstas na Constituição Federal de 1988 por obra do constituinte originário.
- (D) Quando uma organização religiosa é mera locatária de imóvel para instalar templo de seu culto no imóvel alugado, o locador continua obrigado ao pagamento do IPTU durante o período da locação.
- (E) A aplicação do IPTU progressivo no tempo para tutela da função social da propriedade urbana pode ser a primeira medida adotada pelo Poder Público municipal para exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.

44

O Secretário de Fazenda do Município X pretende implantar um novo formulário de uso obrigatório para entrega eletrônica de certas informações relevantes para fins de recolhimento de uma taxa municipal.

Para tanto, elaborou uma Resolução, devidamente publicada no Diário Oficial do Município em 27/11/2023, que produzirá seus efeitos 30 (trinta) dias após a data de publicação, isto é, o momento a partir do qual será exigida a entrega das informações apenas mediante o novo formulário.

Essa Resolução

- (A) violou apenas o princípio da legalidade tributária.
- (B) violou o princípio da legalidade tributária, o princípio da anterioridade tributária anual e da anterioridade tributária nonagesimal.
- (C) não violou o princípio da legalidade tributária nem o princípio da anterioridade tributária anual, mas violou o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.
- (D) não violou o princípio da anterioridade tributária nonagesimal, mas violou o princípio da anterioridade tributária anual e o princípio da legalidade tributária.
- (E) não violou o princípio da legalidade tributária, nem o princípio da anterioridade tributária anual nem o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.

45

No Município X, o lançamento do Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI) submete-se à modalidade de lançamento por declaração, e seu contribuinte é o adquirente do imóvel.

Sendo assim, caso um contribuinte de ITBI deixe de entregar a devida declaração, referente à transmissão onerosa *inter vivos* de um bem imóvel por ele adquirido, ao Município X, o prazo de cinco anos para a Fazenda Pública constituir tal crédito tributário será

- (A) decadencial, a contar da ocorrência do fato gerador.
- (B) decadencial, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (C) prescricional, a contar da ocorrência do fato gerador.
- (D) prescricional, a contar da data da sua constituição definitiva.
- (E) prescricional, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

46

Gestão Condominial ABC Ltda., empresa sediada no Município de Macaé, presta preponderantemente serviços de gestão/administração a condomínios nesse Município, mas também atua secundariamente com locação de imóveis de sua propriedade situados no território municipal. Em 2021, José, seu sócio majoritário, adquiriu por usucapião um terreno situado no Município e, no mesmo ano, transferiu-o para a empresa, em realização de capital. O valor do imóvel transferido era exatamente o mesmo que faltava para José integralizar suas quotas do capital social.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta acerca do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) à luz do Código Tributário Municipal (CTM) de Macaé.

- (A) José, como contribuinte, deve recolher ITBI sobre tal aquisição por usucapião; a empresa, como contribuinte, deve recolher ITBI sobre tal transferência em integralização de capital social.
- (B) José, como responsável tributário, deve recolher ITBI sobre tal aquisição por usucapião; a empresa, como responsável tributária, deve recolher ITBI sobre tal transferência em integralização de capital social.
- (C) José, como responsável tributário, deve recolher ITBI sobre tal aquisição por usucapião; a empresa, como contribuinte, deve recolher ITBI sobre tal transferência em integralização de capital social.
- (D) José não deve recolher ITBI nesta aquisição por usucapião, pois tal imposto não incide sobre ela; a empresa, como contribuinte, deve recolher ITBI sobre tal transferência em integralização de capital social.
- (E) José não deve recolher ITBI nesta aquisição por usucapião, pois tal imposto não incide sobre ela; a empresa não deve recolher ITBI nesta transferência em integralização de capital social, pois tal imposto não incide sobre ela.

47

É comum que o sujeito passivo tributário, por vezes, tenha dificuldades em adimplir suas dívidas tributárias. Por essa razão, existe o instituto do parcelamento tributário, para que o devedor tenha condições de pagar, ainda que em parcelas, o tributo devido. Acerca do parcelamento no Município de Macaé, tal como previsto no Código Tributário Municipal e nas recentes alterações nele introduzidas sobre o tema pela Lei Complementar nº 328/2023, assinale a afirmativa correta.

- (A) A competência de deferimento do pedido de parcelamento é indelegável.
- (B) O deferimento do pedido de parcelamento competirá ao Secretário Municipal de Fazenda nas fases extrajudicial e judicial de cobrança.
- (C) É permitido o parcelamento consolidado de mais de um tributo, excetuando-se os créditos de natureza não tributária.
- (D) Em se tratando de devedor de pessoa física, o número máximo de parcelas que podem ser deferidas é de 140 parcelas.
- (E) Os créditos de ISS referentes aos contribuintes optantes pelo Sistema Simplificado de Arrecadação - SIMPLES Nacional não poderão ser objeto de parcelamento no Município de Macaé.

48

Em 2024, certa Loja Maçônica situada no Município de Macaé, entidade sem fins lucrativos, com atos constitutivos devidamente registrados nos órgãos competentes e em pleno e regular funcionamento, requereu administrativamente ao Fisco Municipal que fosse dispensada da cobrança do IPTU de seu templo sede, o qual mede 1.500m². Além disso, desde 2019, instalou-se no referido templo placas de geração de energia fotovoltaica, conforme estabelecido nas resoluções da ANEEL, contando com comprovante de produção de energia solar em no mínimo 50% do consumo médio mensal do imóvel, com o respectivo indicador de produção de energia e mediante projeto devidamente homologado junto à concessionária de fornecimento de energia elétrica.

Diante desse cenário, à luz do previsto no Código Tributário Municipal (CTM) de Macaé, é correto afirmar que

- (A) tal Loja Maçônica, por sua natureza de entidade religiosa, goza de imunidade tributária, de modo que o Fisco não pode cobrar IPTU de seu templo sede.
- (B) embora não goze de imunidade tributária, tal Loja Maçônica poderá se beneficiar de isenção tributária por expressa previsão no CTM de Macaé.
- (C) tal Loja Maçônica somente poderia se beneficiar de isenção tributária caso seu templo sede medisse até 1.000m².
- (D) embora não faça jus nem à imunidade tributária nem à isenção tributária, tal Loja Maçônica poderá gozar de redução de 50% do IPTU em razão da implantação de geração de energia solar.
- (E) embora não faça jus nem à imunidade tributária nem à isenção tributária, tal Loja Maçônica poderá gozar de redução de 75% do IPTU em razão da implantação de geração de energia solar.

49

De acordo com a NBC TG 12 (R1) – Ajuste a Valor Presente, a menos que norma específica discipline a classificação na demonstração do resultado do período para a transação subjacente ou a entidade possa fundamentar que as transações façam parte de suas atividades operacionais, as reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis devem ser apropriadas como

- (A) receitas ou despesas operacionais.
- (B) receitas ou despesas não operacionais.
- (C) receitas ou despesas financeiras.
- (D) ajustes de avaliação patrimonial.
- (E) outros resultados abrangentes.

50

Uma rede de hotéis apresentou, em julho de 2024, os seguintes gastos relacionados ao salário direto de seus empregados nas respectivas áreas:

- Analista de Marketing:.....R\$9.000;
- Governanta do hotel:.....R\$12.000;
- Analista de Recursos Humanos:.....R\$14.000;
- Camareiras:.....R\$15.000;
- Contadores:R\$18.000;
- Recepcionistas:R\$20.000.

Assinale a opção que indica o montante reconhecido como Despesas de salários na Demonstração do Resultado do Exercício do hotel, referente ao mês de julho.

- (A) R\$32.000.
- (B) R\$41.000.
- (C) R\$44.000.
- (D) R\$53.000.
- (E) R\$73.000.

51

Uma empresa de assessoria tributária adquiriu, à vista, um ar condicionado split para seu escritório por R\$8.000. O frete e a instalação foram, respectivamente, de R\$100 e R\$900, pagos a vista. Além disso, na data da compra, a empresa estimou que os custos de remoção seriam de R\$700.

Assinale a opção que indica o impacto decorrente da transação no balanço patrimonial da empresa.

- (A) Aumento de R\$700 no ativo e no passivo.
- (B) Aumento de R\$700 no passivo e diminuição de R\$700 no patrimônio líquido.
- (C) Diminuição de R\$900 no ativo e no passivo.
- (D) Diminuição de R\$900 no ativo e no patrimônio líquido.
- (E) Diminuição de R\$1.600 no ativo e no patrimônio líquido.

52

Um restaurante funciona diariamente e oferece três tipos de refeições, com pouca variação. Todas as transações do restaurante são realizadas à vista.

No primeiro semestre de 2024, o restaurante vendeu 20.000 refeições, e reconheceu receita de R\$700.000. O custo variável unitário da refeição é de R\$20.

Além disso, os gastos fixos do restaurante no primeiro semestre de 2024 foram os seguintes:

- Aluguel:.....R\$48.000;
- Depreciação dos equipamentos da cozinha:R\$20.000;
- Depreciação dos móveis do salão:.....R\$15.000;
- Salários do pessoal da cozinha:R\$120.000;
- Salários do pessoal administrativo:R\$90.000.

Assinale a opção que indica o ponto de equilíbrio financeiro do restaurante, em número de refeições, no primeiro semestre de 2024.

- (A) 10.200.
- (B) 12.534.
- (C) 12.900.
- (D) 17.200.
- (E) 19.534.

53

Uma sociedade empresária, que atuava no ramo comercial, apresentava os seguintes ativos, classificados como não circulante, em seu Balanço Patrimonial em 31/12/2022:

- terreno destinado à valorização: R\$57.000;
- terreno destinado ao uso no próprio negócio: R\$60.000;
- marca adquirida de terceiros, com vida útil indefinida: R\$20.000.

Em janeiro de 2023, foi constatado que os três ativos estavam sendo avaliados pelo valor justo, sendo que, originalmente, cada terreno foi adquirido por R\$55.000 e a marca, por R\$18.000. Foi constatado, também, que os valores justos eram iguais nos dois períodos.

Com base na NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os saldos que devem ser apresentados como total do ativo não circulante em 31/12/2022 e em 31/12/2023, respectivamente, considerando apenas esses fatos, são:

- (A) R\$128.000 e R\$128.000.
- (B) R\$130.000 e R\$130.000.
- (C) R\$137.000 e R\$137.000.
- (D) R\$137.000 e R\$128.000.
- (E) R\$137.000 e R\$130.000.

54

Uma editora de livros adquiriu, em 01/01/2023, os direitos autorais para a publicação de um livro sobre contabilidade ambiental, por R\$15.000. A editora estimava que o livro iria gerar benefícios no período de cinco anos, a partir dessa data. Na mesma data, adquiriu uma impressora por R\$10.000, que será utilizada exclusivamente para imprimir o livro, durante os cinco anos da vida útil e, após isso, doada. Os gastos com papel e tinta eram estimados em R\$500 ao ano.

Assinale a opção que indica a despesa de depreciação da editora na Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2023, de acordo com o método da linha reta.

- (A) R\$2.000.
- (B) R\$3.000.
- (C) R\$2.500.
- (D) R\$5.000.
- (E) R\$5.500.

55

Analise as transações a seguir:

- I. Pagamento antecipado da despesa de salários do mês seguinte.
- II. Recebimento antecipado de receita que será realizada em 3 meses.
- III. Venda de estoque com lucro, para recebimento em 9 meses.

Resultam em mudança no saldo do ativo circulante, o que se apresenta em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

56

Em 2024, a Cia Z foi extinta. Avalie se as modalidades de extinção incluem:

- I. Encerramento da liquidação.
- II. Incorporação ou fusão.
- III. Cisão com versão da maior parte do patrimônio em outras sociedades.
- IV. Apresentação de prejuízos constantes ou risco de descontinuidade.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações, extingue-se a companhia por

- (A) I e II, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I, II e III, somente.
- (D) I, II e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

57

A empresa Q.Lote Ltda realizou investimentos em Coligada e identificou um ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Ao auditar os registros contábeis dessa operação, o auditor deve considerar que

- (A) os valores apurados como *goodwill* devem ser devidamente amortizados.
- (B) os investimentos em coligadas devem ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.
- (C) as diferenças entre o custo do investimento e o valor justo dos ativos e passivos líquidos não devem ser objeto de registro.
- (D) o reconhecimento de receita com base no recebimento de dividendos é sempre uma mensuração adequada do resultado obtido por investidor sobre o investimento.
- (E) o método de equivalência patrimonial deve ser adotado ainda que o investidor deixe de ter influência significativa sobre a coligada.

58

A amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de ser selecionadas, para proporcionar uma base razoável que possibilite o auditor concluir sobre toda a população.

Sobre os requisitos que o auditor deve observar ao utilizar-se da amostragem, analise as afirmativas a seguir.

- I. O auditor deve executar os procedimentos de auditoria, apropriados à finalidade, para cada item selecionado.
- II. Se o auditor não puder aplicar os procedimentos de auditoria definidos ou procedimentos alternativos adequados em um item selecionado, o auditor deve tratar esse item como um desvio do controle previsto, no caso de testes de controles ou uma distorção, no caso de testes de detalhes.
- III. O auditor deve selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III somente.
- (E) I, II e III.

59

Na realização dos trabalhos de auditoria, o auditor deve considerar os diferentes riscos que possam afetar qualitativamente o resultado de seu trabalho.

Nesse sentido, associe os tipos de risco listados a seguir aos seus respectivos conceitos,

1. Risco de Controle.
2. Risco de Auditoria.
3. Risco de Detecção.

() É a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.

() É o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade

() É o risco de o auditor expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 3 – 1 – 2.

60

Para encobrir a falta de R\$10.000,00 em dinheiro na conta X, José, contador da empresa Q. Lote Ltda. depositou nessa conta, em 31 de dezembro, o valor faltante que obtivera por meio de saque realizado na Conta Y dessa empresa.

O título (cheque) de transferência não foi registrado, assim como não foi registrado como desembolso do mês de dezembro na Conta Y, tendo sido lançado em janeiro do exercício subsequente, o que gerou uma ocultação temporária do desfalque, que não apareceu na reconciliação das contas.

Essa técnica de ocultação do ativo é denominada

- (A) *Fisching*.
- (B) *Lapping*.
- (C) *Minsting*.
- (D) *Value Money*.
- (E) *Kiting*.

61

Em uma auditoria tributária, a equipe buscou avaliar se as despesas antecipadas estavam devidamente classificadas.

Para comprovar essa informação, os auditores devem verificar se essas despesas estão classificadas no

- (A) ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo.
- (B) ativo investimentos e no ativo passivo circulante.
- (C) ativo intangível e no ativo circulante.
- (D) ativo imobilizado e no ativo investimentos.
- (E) ativo imobilizado e no ativo passivo circulante.

62

Após a avaliação dos controles internos da unidade auditada, a equipe de auditoria observou a presença de riscos de as demonstrações financeiras apresentarem erros de integridade.

Assim, definiram como objetivo do trabalho, verificar se as vendas e outras receitas representam todas e somente transações que tenham ocorrido durante o período e se foram corretamente registradas.

Para isso, adotaram os seguintes testes substantivos para alcançar o objetivo da auditoria:

- I. Testes de reconhecimento de receitas.
- II. Procedimentos Analíticos.
- III. Circularização de Contas a receber.
- IV. Avaliação de provisões de valorização.

Assinale a opção que indica os testes necessários para alcançar os objetivos do trabalho.

- (A) I e II, somente.
- (B) III e IV, somente
- (C) I, II e III, somente.
- (D) II, III e IV, somente
- (E) I, II, III e IV.

63

Assinale a opção que indica um bem que deve ser classificado no ativo intangível.

- (A) Bibliotecas.
- (B) Computadores.
- (C) Patentes.
- (D) Veículos.
- (E) Terrenos.

64

Em uma auditoria tributária, os auditores avaliaram o grupo de contas a receber com a finalidade de apurar e comprovar o saldo dos impostos a recuperar (ICMS).

Nessa situação e para alcançar a finalidade da auditoria, ao realizar as avaliações os auditores devem considerar que a conta-corrente ICMS deve

- (A) apresentar saldo credor caso haja impostos a recuperar.
- (B) ser classificada no ativo circulante quando seu saldo for devedor.
- (C) ser classificada no passivo circulante quando seu saldo for devedor.
- (D) apresentar valores de imposto incorrido na compra inferior ao incidente sobre a venda.
- (E) ser classificada no patrimônio líquido.

65

Em uma auditoria tributária, a equipe de auditores utilizou uma técnica de amostragem consistente em dividir a população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes.

O procedimento adotado pela equipe de auditoria é denominado

- (A) estratificação.
- (B) mediana.
- (C) análise de cota.
- (D) cotagem.
- (E) fracionamento.

66

Os acionistas poderão destinar, por proposta dos administradores da companhia, parte do lucro do exercício para a formação de reservas, com a finalidade de compensar, em ano posterior, eventual redução do lucro em função de perda provável e de valor estimável.

Trata-se da reserva denominada

- (A) lucros e prejuízos acumulados.
- (B) legal.
- (C) retenção de lucros.
- (D) de contingências.
- (E) estatutária.

67

Considere que a execução orçamentária do órgão X tenha apresentado, ao final do exercício, a seguinte composição (Valores em R\$):

Dotação atualizada	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga
550.000,00	520.000,00	480.000,00	435.000,00

Considerando as informações apresentadas, o montante dos restos a pagar processados a serem registrados é, em reais, de

- (A) 85.000,00.
- (B) 45.000,00.
- (C) 40.000,00.
- (D) 115.000,00.
- (E) 30.000,00.

68

Na execução orçamentária de uma ação realizada na função educação, observou-se que ela foi registrada no sistema de execução financeira, quanto à natureza da despesa, com o código

3.1.90.11.00.

Assinale a opção que indica a despesa realizada.

- (A) Despesa de capital.
- (B) Inversão financeira.
- (C) Despesa com pessoal e encargos sociais.
- (D) Transferência aos municípios.
- (E) Juros e encargos da dívida.

69

A Secretaria de Saúde do Município X, com a finalidade de otimizar a execução de seu orçamento anual, requereu ao Órgão Central de Planejamento e Orçamento do município, a realocação de recursos do seu orçamento.

Essa realocação alcançaria diferentes categorias de despesa, no âmbito do mesmo programa de trabalho integrante do orçamento da referida Secretaria de Saúde.

Com base nessas informações, a realocação de recursos pretendida é classificada como:

- (A) cota.
- (B) transposição.
- (C) destaque.
- (D) transferência.
- (E) remanejamento.

70

O Prefeito do Município X deparou-se com uma situação imprevisível: as chuvas de janeiro apresentaram um nível muito acima do esperado, elevando o nível dos rios e provocando enchentes, o que deixou centenas de pessoas desabrigadas.

A situação emergencial fundamentou a abertura de créditos extraordinários no montante de R\$ 500 mil para atendimento imediato aos munícipes atingidos.

Entretanto, durante a execução das ações orçamentárias do referido crédito extraordinário, observou-se que seria necessário reforçar as dotações orçamentárias em R\$ 300 mil para que a população atingida pela catástrofe fosse totalmente atendida.

Considerando que o crédito extraordinário fora aberto por Decreto e posteriormente convertido em Lei, a qual não estabelecia normas para seu reforço, é correto afirmar que o acréscimo de dotação pretendido deverá ocorrer por meio da abertura de crédito

- (A) suplementar.
- (B) especial.
- (C) ordinário.
- (D) extraordinário.
- (E) regulatório.

Realização

